

PROFESSORAS NEGRAS E EDUCAÇÃO BÁSICA: revisitando pesquisas

BLACK TEACHERS AND BASIC EDUCATION: revisiting research

Tais Mendes Alves¹ - FURG
Amanda Motta Castro² - FURG
Elina Rodrigues de Oliveira³ - FURG

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão acerca das produções acadêmicas que tematizam as trajetórias e vivências de professoras negras no Brasil, com um enfoque especial voltado para o extremo sul do país. Sendo assim, a proposta é identificar de uma maneira objetiva o que tem sido pesquisado nesse campo. Para tanto, iniciamos com um breve retrospecto sobre as políticas de colonização que visavam, principalmente, embranquecer a população brasileira. Na sequência, abordamos a articulação entre a educação e o racismo no contexto do extremo sul do Rio Grande do Sul. Posteriormente, trazemos a situação da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro e, por último, apresentamos a análise sobre as produções acadêmicas que falam sobre professoras negras, que são o tema principal desta escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Professoras negras, Professoras negras sul; Escritas sobre professoras negras.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on the academic productions that thematize the trajectories and experiences of black female teachers in Brazil, with a special focus on the extreme south of the country. Therefore, the proposal is to objectively identify what has been researched in this field. To do so, we begin with a brief review of the colonization policies that aimed, mainly, to whiten the Brazilian population. Next, we approach the articulation between education and racism in the context of the extreme south of Rio Grande do Sul. Subsequently, we bring the situation of black women in the Brazilian labor market and, finally, we present the analysis of the academic productions that speak about black female teachers, who are the main theme of this writing.

KEYWORDS: Black teachers, Black teachers south; Writings about black teachers.

DOI: 10.21920/recei72023931817833
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72023931817833>

¹Licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Mestranda no Programa de pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: taisendesalves91977@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6199-9941>.

²Pós-doutora em Estudos Feministas pela Universidad Autónoma Metropolitana - UAM/CDMX. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e docente do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: motta.amanda@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0471-1240>.

³Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: elinarodriguesdeoliveira@hotmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5281-6712>.

INTRODUÇÃO

Conforme apontado por Miskolci (2013), o final do século XIX no Brasil foi marcado pela transição de um sistema monárquico e escravista para o início da República. Para a elite da época, as discussões giravam em torno do eminente fim da escravidão e o sonho de uma nação branca e civilizada. Contudo, nesse ponto, deparavam-se com um grande empecilho: a característica heterogênea e diversa da população, em que a população negra simbolizava o oposto do que buscavam. Nessa perspectiva, de acordo com o autor, estimulou-se o processo de miscigenação racial, protagonizado pelo homem branco. Dentro dessa lógica, tal processo não poderia ser protagonizado pela mulher branca, por ser mulher, tampouco pelo homem negro, por ser negro. A mulher negra sequer era considerada nessa equação. Isso ocorria porque, sendo mulher e negra, ocupava (e ainda ocupa) a base da sociedade, sendo vista nesse contexto como alguém que estaria ali para servir, um objeto para ser dominado e possuído, conforme colocado por Hooks (2022) “quando falam sobre pessoas negras, o sexismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras; quando falam sobre mulheres, o racismo milita contra o reconhecimento dos interesses de mulheres negras” (HOOKS, 2022, p. 26).

Com a chegada dos/as imigrantes, acreditava-se estar resolvendo dois problemas de uma só vez: a necessidade de mão de obra e o problema racial. Diferentemente dos/as negros/as, os/as imigrantes foram recebidos/as de braços abertos, encontrando aqui trabalho e terras, pois estavam alinhados/as à proposta traçada para o futuro do país (branqueamento). Os/as imigrantes faziam parte desse ‘sonho europeu’, tão almejado pela elite brasileira, que envolvia o ideal de branquitude. Esse ideal não se define apenas pela cor da pele, mas pelo gênero masculino e pela posse do poder aquisitivo (MISKOLCI, 2013). A Europa era vista como centro do mundo e fonte de desejo da elite que buscava o inalcançável padrão que foi imposto, como bem nos aponta Silvio de Almeida,

[..] o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (ALMEIDA, 2021, p. 25).

Nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, é possível perceber as influências e as marcas da imigração no país, pois foram regiões onde se instalaram grandes colônias de imigrantes, como alemães e italianos. Isso gradualmente alterou a ‘cara’ e a economia da região, causando um apagamento, principalmente das pessoas negras, indígenas e quilombolas, que já residiam nesses espaços antes de os/as imigrantes chegarem. Esse projeto de embranquecimento foi tão cruel e tão bem-sucedido que chegamos ao nível de, em alguns outros estados brasileiros, imaginar que não existam pessoas negras no sul. Isso nos remete às palavras de Chimamanda Ngozi Adichie (2019), cujo livro ‘O perigo de uma história única’ nos conduz a refletir sobre o poder das histórias e em como elas precisam ser contadas.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. [...] quando rejeitamos a história

única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, revemos uma espécie de paraíso (ADICHIE, 2019, p. 32).

Cabe ressaltar a relevância que a educação tem nesse contexto, ao contar as histórias que não foram contadas ou que foram contadas a partir da visão do colonizador. A educação pode fornecer as ferramentas necessárias para que os sujeitos busquem sua emancipação após décadas de silenciamento. Para tal, é necessária uma grande mudança no sistema educacional, com a aplicação efetiva das políticas públicas já instituídas de reparação e comprometimento com uma educação de fato antirracista, o que é uma responsabilidade de todas as pessoas. Sendo os/as negros/as minoria nos espaços de tomada de decisões, são necessários muitos/as aliados/as nessa luta, como bem nos recorda Godwin (2021):

[...] um observador de fora da situação naturalmente pergunta por que os Negros, muitos dos quais servem à sua raça como professores, não mudaram este programa. Esses professores, no entanto, são impotentes. Os negros não têm controle sobre a própria educação e têm pouca voz em outros assuntos pertinentes. [...] Negros são sempre uma minoria tão estreita que nem figuram no resultado final do programa educacional. A educação dos Negros, então, a coisa mais importante na elevação dos Negros, está quase inteiramente nas mãos daqueles que os escravizaram e agora o segregam (GODWIN, 2021, p. 25).

Ao olhar para o estado do Rio Grande do Sul, um dos focos deste trabalho, conseguimos observar, ainda hoje, uma disparidade gigantesca entre negros/as e brancos/as em diversos âmbitos, como saúde, educação e acesso ao mercado de trabalho. Dados recentemente reunidos pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE), vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), apontaram que apesar de representar 21%⁴ da população do estado, a população negra apresenta as maiores taxas de analfabetismo, menores níveis de escolaridade, menor acesso a serviços privados de saúde, maior taxa de desemprego, menor representação política e maior risco de óbito por Covid-19 para pessoas com mais de 60 anos.

A falta de identificação e representatividade dentro dos espaços escolares, aliada ao fato de terem que se inserir no mercado de trabalho precocemente, faz com que muitos/as jovens negros/as acabem abandonando a escola. Em contextos escolares como os presentes na região Sul, essa situação é ainda mais intensa, já que os/as negros/as não se enxergam dentro de sala de aula, o que implica, não raro, em uma perda de identidade e necessidade de se aproximar ao ideal da branquitude, que é aceito como o lindo e o belo. Essa alienação, fruto dessa visão do colonizador, faz com que os sujeitos se adequem a esse processo de embranquecimento e acabem alheios à sua identidade, cultura e história, buscando por essas ‘máscaras brancas’ para se sentirem aceitos e pertencentes àquele grupo (FANON, 2020).

A história e a cultura do povo negro nos vêm sendo negadas há décadas. Quando mencionadas, muitas vezes é para lembrar do período escravocrata, invisibilizando-o e negando sua ancestralidade e papel fundamental na construção deste país. Os conteúdos, frequentemente transmitidos de forma rasa, não condizem com a realidade dos/as estudantes, principalmente no que diz respeito a estudantes negros/as, indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as e camponeses/as, ou seja, as populações subalternas. Nesse sentido, a atuação de professoras negras,

⁴Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/estudo-mostra-panorama-da-desigualdade-racial-no-rs>>.

principalmente nesses contextos do sul do Brasil, pode ter um impacto positivo na dinâmica que ocorre dentro da escola.

EDUCAÇÃO E RACISMO NO EXTREMO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

A educação é uma das grandes problemáticas brasileiras e essa situação se agrava ano após ano. A escola é um ambiente fundamental para a formação cidadã, e os/as docentes são os/as mediadores/as desse processo. Como nos diz Freire (2013, p. 93), “Este é outro saber indispensável à prática docente. O saber da impossibilidade de desunir o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos.”

Nesse sentido, as discussões a respeito da educação não são recentes, assim como as reivindicações dos movimentos sociais negros por uma educação antirracista também não o são. Devido à luta e à pressão exercida há décadas pelos movimentos, conquistaram-se políticas públicas importantes principalmente na área da educação. Após a criação das leis 10.639/03 e 11.645/08, realizaram-se mais estudos acerca de uma educação antirracista e o termo começou a se popularizar e ganhar espaço em diferentes publicações. Cavalleiro (2001) nos apresenta oito características de uma educação antirracista,

Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.

Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.

Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.

Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os/as alunos/as.

Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.

Busca materiais que contribuam para a eliminação do ‘eurocentrismo’ dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de ‘assuntos negros’.

Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.

Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001, p. 158).

Segundo Troyna e Carrington (1990), essa educação comprometida com as causas sociais e combate às desigualdades raciais dentro e fora do ambiente escolar, depende de diversos fatores. Esses fatores vão além da prática docente e se expandem a todo o fazer educacional e o pensar a educação em suas diferentes dimensões.

No entanto, apesar das leis e da crescente discussão sobre o assunto, na prática o que se observa é um cenário diferente. Isso, de fato, pode estar relacionado às falhas apresentadas pela legislação e à falta de fiscalização. A lei não inclui o ensino superior, onde ocorre a formação dos/as professores/as que atuarão posteriormente nessas escolas, e tampouco abrange todas as áreas do conhecimento. Também faltam cursos de formação inicial e continuada de professores/as, iniciativa escolar e diálogo com os movimentos. É necessário um grande envolvimento da comunidade escolar na busca da apropriação positiva de conhecimentos e conceitos.

A Lei 10.639/03, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 precisam ser compreendidos dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade étnico racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional da Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão da escola e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente (GOMES, 2011, p. 117).

A falta de representatividade e acolhimento no ambiente escolar empurra cada vez mais jovens negros para fora da escola. Esses jovens se inserem precocemente no mercado de trabalho e, pela falta de estudo, acabam em empregos informais ou terceirizados com salários baixíssimos. Jovens negros com baixa escolaridade são também os que mais morrem no Brasil (Carta Capital, 2017)⁵, são vítimas de uma política de extermínio que lhes nega toda e qualquer oportunidade, inclusive a de viver.

Em municípios de colonização alemã e pomerana, como o de São Lourenço do Sul, é muito comum que a língua, a cultura e as tradições desses povos sejam enaltecidas em detrimento das demais. Isso causa um sentimento de inferioridade e desvalorização das contribuições e trajetória dos demais povos que compõem aquele território. Tudo isso acaba por se refletir na educação ofertada e interações que ocorrem no interior daquele determinado espaço, como algo que vem sendo reproduzido historicamente.

A escola deveria ser um local de acolhimento, não de perpetuação de desigualdades e opressões. O/a estudante deveria se sentir pertencente àquele espaço, respeitado/a, valorizado/a e sujeito de sua aprendizagem. Vivemos em um país altamente diverso e isso precisa estar refletido em todos os espaços, principalmente o educacional. É necessário valorizar os diferentes povos que fizeram parte da construção deste país, suas contribuições, influências, culturas e identidades. Isso deve estar incluído no Projeto Político e Pedagógico (PPP) da instituição, fazendo parte do currículo escolar articulado às diferentes áreas do conhecimento. Isso possibilitaria um trabalho multidisciplinar, que poderia ser abordado durante o ano todo e não somente em datas comemorativas, como acontece na maioria das vezes.

Conforme destaca Lélia Gonzalez (2020),

Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não teremos dificuldades em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitude dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação, apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que, a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao terceiro grau, já não se reconhece mais como negra (GONZALEZ, 2020, p. 39).

A imagem que costuma ser passada no ambiente escolar é a da pessoa negra escravizada, como uma condição, em uma trajetória que parte sempre da dor, como se não houvesse nada antes nem depois disso. Isso fomenta ainda mais o racismo e faz com que o (a) jovem tenha vergonha de sua cor, seus traços, suas origens, pela falta de representatividade positiva e pelo fato de ela estar sempre associada a algo ruim, feio e negativo.

⁵ Levantamento disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil/>>.

Estas questões trazem sérios impactos para o desenvolvimento e construção das subjetividades de cada sujeito submetido a esse contexto histórico social, com graves consequências a formação de sua identidade. Pois, é nesse processo de formação que o indivíduo constitui sentimentos e pensamentos que incidem de fora, de seu contexto social, compondo as diferenças, desenvolvendo processos de aceitação ou rejeição (PIRES; SILVA; SOUTO, 2018, p. 45).

Neste sentido, é extremamente necessário (re)pensar a educação a partir das relações étnico-raciais e tudo que elas envolvem, convertendo o espaço escolar em uma ferramenta de transformação da realidade, combate de desigualdade, opressões e preconceitos. Para que assim seja possível formar sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seu papel na sociedade, reforçando sua autoestima e autoconfiança e valorizando suas identidades e especificidades.

MULHERES NEGRAS E O MERCADO DE TRABALHO

Historicamente, o mercado de trabalho tem sido cruel para com a população negra que, por inúmeros estereótipos racistas, é considerada como menos qualificada e frequentemente rotulada como preguiçosa. A mulher negra, que durante o período escravocrata era responsável não apenas pelo serviço braçal, mas também do cuidado doméstico e cuidado com os filhos/as dos senhores, luta até hoje para fugir desse papel que lhe é imposto, o da subserviência. Esse papel que é reforçado até os dias de hoje em telenovelas, filmes e séries, como se a ela coubesse apenas essa posição.

A mulher negra precisa constantemente se afirmar neste país, demonstrar que é ‘digna’ de ocupar determinados cargos, frequentar determinados espaços, sendo que muitas vezes, mesmo com muitas qualificações, não é selecionada para vagas de trabalho por não possuir o ‘perfil’ que a empresa busca, leia-se: branco.

Dentre as artimanhas do racismo brasileiro, a exigência de boa aparência presente nos anúncios de emprego traz como subtexto: “Negros não se apresentem”. Pelo pequeno eufemismo da “boa aparência” e pela sutileza do “a vaga já foi preenchida”, mantém-se a população negra em desvantagem no mercado formal de trabalho e, ao mesmo tempo, garantem-se os melhores empregos e salários para o grupo racialmente hegemônico (CARNEIRO, 2019, p. 125).

Por conta disso, ou pela falta de acesso à educação, a mulher negra frequentemente se vê obrigada a buscar empregos como auxiliar de limpeza em empresas terceirizadas e/ou serviço doméstico, sendo esse geralmente em casas de famílias brancas de classe média/alta muitas vezes em condições análogas à escravidão, como vem sendo denunciado cada vez mais nos últimos anos. Como nos aponta Gonzalez (2020),

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. Enquanto seu homem é objeto de perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um

processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares (GONZALEZ, 2020, p. 44).

Conforme menciona a autora, nessas casas são submetidas a todo tipo de opressão e violência, tendo que deixar os/as seus/suas filhos/as aos cuidados de terceiros para se dedicar a criação dos/as filhos/as dos patrões, desempenhando o papel de ‘mães negras’ (KILOMBA, 2019). Muitas dessas mulheres nem chegam a se dar conta do quão violentas são essas relações, pois devido a sociedade em que vivemos, onde o racismo está instaurado estruturalmente, sentem como se ‘quase’ fizessem parte da família, como se devessem uma certa gratidão aos seus patrões, dada a forma perversa com que o racismo age.

Dentro de todo esse contexto, os movimentos feministas negros têm se destacado ao longo dos anos, pois compreendem a impossibilidade de separar as questões de gênero e raça, visto que os dois estão completamente entrelaçados em nossa sociedade, atravessando as mulheres a todo momento (HOOKS, 2020). Essa vertente se fez necessária visto que as pautas levantadas pelo feminismo branco não atendiam as demandas e interseccionalidades que as mulheres negras vinham reivindicando há tanto tempo, como bem destaca Djamila Ribeiro (2018, p. 53) “É necessário entender de uma vez por todas que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher e romper com a tentação da universalidade, que só exclui”.

Esse cenário vem desde o início do movimento feminista. Enquanto as mulheres brancas lutavam para ingressar no mercado de trabalho, as mulheres negras já trabalhavam desde muito pequenas para ‘ajudar a família’. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto, as mulheres negras lutavam para serem vistas como mulheres, como seres humanos.

Mas para além do protagonismo feminino negro no interior dos movimentos, é importante destacarmos a importância das lutas diárias travadas por mulheres negras que, mesmo sem se dar conta, estão contribuindo para as pautas coletivas relacionadas ao mercado de trabalho e outras esferas da sociedade. Por isso, como nos recorda Gonzalez (2020):

Mas sobretudo a mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza e da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (GONZALEZ, 2020, p. 51).

Dito isso, também é imprescindível mencionar a necessidade do apoio das mulheres não negras nessa luta, como aliadas e não como protagonistas. Respeitando nosso espaço e lugar de fala, caminhando conosco em busca de igualdade, melhores condições de trabalho, salário justo e outras tantas pautas que seguimos reivindicando há tantos anos. Com uma postura antirracista de fato, para além de postagens e *hashtags* nas redes sociais, mostrando que vidas negras importam na prática diária.

LEVANTAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE PROFESSORAS NEGRAS

Para este estudo utilizamos de uma abordagem qualitativa, que segundo Strauss e Corbin (2008, p. 23), é “[...] qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de

procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação”. Através de uma pesquisa bibliográfica e da análise de conteúdo, buscamos explorar o estado da arte sobre a trajetória e as vivências de professoras negras no Brasil. Por meio deste levantamento também identificamos metodologias e ferramentas possíveis de serem utilizadas para este tipo de investigação, bem como a história oral e o relato autobiográfico. Também observamos que pouco se tem produzido sobre a trajetória de professoras negras no sul do país, o que demonstra a necessidade de que se pesquise mais ao seu respeito, compreendendo sua importância política e social.

Os dados coletados foram analisados a partir de um diálogo com diferentes autoras/es. Priorizamos, nesta sequência: autoras negras, autores negros e autoras brancas, com o objetivo de fugir do padrão eurocêntrico tão presente na academia. O levantamento de dados ocorreu entre os meses de fevereiro e abril de 2022. Com o objetivo de abarcar de maneira mais ampla a temática trabalhada, utilizamos para a busca os seguintes descritores: ‘professoras negras trajetórias e vivências’, ‘professoras negras educação básica’ e ‘professoras negras sul’.

As bases de dados utilizadas foram o Portal de Periódicos da CAPES, Banco de Dissertações e Teses da CAPES, Google Acadêmico e Biblioteca Digital de Dissertações e Teses da FURG. Para refinar as buscas, aplicamos uma filtragem quanto ao idioma, em que selecionamos o português, e o intervalo de tempo, em que selecionamos publicações entre os anos de 2012 e 2022.

Após essa busca inicial, todas as produções encontradas foram analisadas criteriosamente para que fossem selecionadas somente aquelas que apresentassem uma relevância significativa para esta pesquisa. Os trabalhos escolhidos estão dispostos nas tabelas que se seguem, divididos conforme as palavras-chave utilizadas para busca, ordenados por ano de publicação, autores, título e resumo da obra.

PROFESSORAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: trajetórias e vivências

Quando utilizamos como critério de busca o descritor ‘professoras negras trajetórias e vivências’, foram selecionadas as seguintes produções.

Quadro 1: Descritor ‘professoras negras trajetórias e vivências’

Ano	Autor/a	Título	Resumo sintetizado
2012	Cleonice Ferreira do Nascimento	Histórias de vida de professoras negras: trajetórias de sucesso	Este trabalho analisa as trajetórias de vida de professoras negras da Educação Básica, especificamente aquelas que lecionam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no município de Várzea Grande/MT.

2018	Demaisa de Sousa Alves	Trajetórias de educadoras negras: costurando memórias de identidades, estética e formação	Esta pesquisa teve como objetivo compreender a construção das identidades racial e de gênero de educadoras negras atuantes em escolas
2019	Rosilda Campelo dos Santos	Professoras negras: narrativas e memórias dos percursos escolares e de formação.	O trabalho aqui apresentado tem como tema a trajetória profissional e de formação de mulheres negras e professoras negras que atuam ou atuaram nas escolas e Goiânia.

Fonte: elaborado pelas autoras

A pesquisa de Cleonice Ferreira do Nascimento (2012) destaca a importância da participação da família nos processos de formação identitária, pertencimento racial e sucesso na trajetória escolar de mulheres negras. A autora ressalta o papel das chamadas ‘redes de apoio’ que se formam ao redor dessas mulheres, auxiliando no enfrentamento das dificuldades que se apresentam e, muitas vezes, fornecendo o suporte necessário para que possam concluir seus estudos e ingressarem na docência. O estudo releva que, entre as docentes negras, as principais motivações para a escolha da profissão são o incentivo familiar, desejo de seguir os passos da família ou, em alguns casos, falta de condições socioeconômicas de seguir a carreira desejada, o que faz com que vejam na docência uma oportunidade de ascensão social. Nascimento (2012) também aponta, entre as dificuldades enfrentadas por essas profissionais, a estigmatização e a discriminação presentes em nossa sociedade, que insiste em enxergar a pessoa negra como inferior e, se tratando da mulher negra, isso é ainda pior devido ao sexismo. Essas profissionais necessitam provar o tempo todo que são merecedoras de ocupar aquela posição, dificilmente ascendendo a cargos de chefia e, quando isso acontece, são constantemente discriminadas e desacreditadas. A respeito disso a pesquisadora nos diz:

É, nesse sentido, que analiso o imaginário social construído sobre a mulher professora negra na vida pessoal e profissional, pois, no que se refere à trajetória de trabalho das professoras negras, geralmente, acredita-se que elas não têm competência e capacidade intelectual para assumir cargos de chefia. No Brasil, a construção do imaginário social, negativo, em relação à população negra subsiste até hoje e reflete nas relações sociais, inclusive no ambiente escolar (NASCIMENTO, 2012, p. 58).

No trabalho de Demaisa de Sousa Alves (2018), a autora reitera que além de lidar com todas as opressões provocadas pelo machismo, a mulher negra precisou conviver com as dores e as angústias do racismo desde sempre, lutando por direitos considerados básicos. Como exemplo disso, a autora cita a trajetória das mulheres afro-americanas na luta contra o racismo e a conquista de direitos. Segundo Demaisa, também é necessário romper com a falsa ideia de

existência de uma mulher universal e levar em conta as singularidades e especificidades que constituem essas sujeitas. E é nesse ponto que o feminismo negro se mostra imprescindível, pois contempla as pautas trazidas por essas mulheres, garantindo-lhes um espaço de partilha, acolhimento, identificação e reivindicação.

O estudo de Rosilda Campelo dos Santos (2019) também chama atenção para esse ponto sinalizado por Demaisa (2018), afirmando que no interior de uma sociedade carregada de estereótipos e pouquíssimas oportunidades para as mulheres negras, o magistério se mostra um caminho para essa tão almejada mudança de vida. A autora reforça isso quando diz que “A educação ainda é o principal meio que traz ascensão social para as mulheres, sobretudo às mulheres negras” (SANTOS, 2019, p. 53).

Além da questão intelectual, existe também uma discriminação em relação à estética negra, como os cabelos trançados ou volumosos, os lábios grossos, nariz largo, entre tantos outros traços identitários que o racismo insiste em rotular como feios. Rosilda aborda essa questão quando nos traz que,

Na trajetória da mulher, especialmente da mulher negra, além do preconceito quanto à capacidade e formação acadêmica, a pressão exercida por um padrão social de aparência feminina. Nascer e viver em um país marcado pelas desigualdades sociais, econômicas de gênero, e etnia, partícipes de uma sociedade que valoriza a aparência física e determina um modelo de beleza baseado em padrões europeus, com raízes históricas na cultura do embranquecimento, determinando que é belo quem possui “olhos azuis e cabelos loiros” e pele clara é sinônimo de “boa” aparência, de beleza, mais um campo de batalha emerge para a mulher negra. Com estereótipos que causam atitudes negativas e atos discriminatórios para com os negros, esses padrões estabelecidos proporcionam situações diversas de tratamento injusto em decorrência dos que não se enquadram no padrão europeu da cultura do embranquecimento (SANTOS, 2019, p. 60).

Rosilda Campelo dos Santos (2019) reforça a importância de incluir os debates sobre gênero, tendo em vista as desigualdades presentes no mercado de trabalho. Estando a mulher negra na base desta pirâmide, todas estas questões a atravessam de uma forma muito mais dolorosa e cruel, pois ela parte de uma luta para ser considerada, primeiramente, como mulher. No passado, enquanto a mulher branca reivindicava o direito de trabalhar, a mulher negra não tinha nem sequer direito a escolha, pois, geralmente, era obrigada a se inserir no mercado informal ainda na infância, o que não é muito diferente nos dias de hoje.

Todas as autoras mencionadas anteriormente apontam para a importância de se fazer uso da história oral como ferramenta de pesquisa, no sentido de respeitar o lugar de fala das mulheres e dar voz a essas trajetórias por muito tempo silenciadas.

PROFESSORAS NEGRAS: educação básica

Através da busca pelos descritores ‘professoras negras educação básica’, selecionamos e analisamos as seguintes produções.

Quadro 2: Descritores ‘professoras negras educação básica’

Ano	Autor/a	Título	Resumo sintetizado
2014	Paulo Cesar Alves da Silva	Africanidade e negritude no imaginário de professoras negras: um estudo em Goianésia do Pará	Esta dissertação investiga as memórias de mulheres e professoras negras suas africanidade e negritude, na trajetória de vida e no contexto escolar, principalmente, a partir das políticas afirmativas conquistadas pelo Movimento Negro.
2016	Celia Regina Cristo Oliveira	Sobre nós, mulheres negras na escola: um estudo sobre relações raciais e perspectiva decolonial de educação	Neste trabalho são apresentadas duas dimensões físico-experienciais, em que a primeira delas, de caráter autobiográfico, situa-se na escola onde trabalho de reflexões no âmbito das relações raciais e de gênero. A segunda, de caráter biográfico, busca trazer for mas diferenciadas de vivência de gestão e de prática de sala de aula pelo olhar de três mulheres negras e gestoras de escola da Educação Básica atuante assim como eu

			no município de Duque de Caxias.
2021	Jussara Araújo; Iris Verena Oliveira; Juiana Lima	Educação para relações étnico-raciais: trajetórias de professoras na escola básica	O artigo é fruto da ambiência construída no Mestrado Profissional, que tem permitido o diálogo entre universidade e educação básica, proporcionando a construção de ações interventivas e a construção de leituras sobre o tratamento de questões raciais na escola, que consideram as subjetividades de professoras negras, ao tempo em que as convoca como aliadas na luta contra o racismo na escola.

Fonte: elaborado pelas autoras

Para Paulo Cesar Alves da Silva (2014), além da falta de ações formativas para a capacitação de professores/as para esse ensino, também existe uma certa resistência por parte de alguns/as em trabalhar estes temas. Há quem acredite que isso não seja necessário, pois não compreende a dívida histórica existente para com o povo negro, muito menos consegue enxergar que vivemos em uma sociedade racista. Sendo a escola este território em disputa, é crucial reconhecer toda a luta que realizada pelo/s Movimento/s Negro/s até o momento.

No seu estudo, realizado com diretoras negras de escolas da rede básica, Celia Regina Cristo de Oliveira (2016) nos aponta como isto é significativo para os/as estudantes negros/as devido à representatividade proporcionada por essas mulheres. Isso contribui positivamente para a construção identitária desses/as jovens. Mas para além da cor da pele, trata-se de diretoras negras atuantes em uma comunidade predominantemente negra, conscientes de sua negritude e do papel que ocupam em nossa sociedade, engajadas com uma educação plural, que respeite e contemple a diversidade.

Senti-me vivificada ao encontrar na rede municipal uma direção composta por mulheres negras comprometidas, não apenas pelo seu fazer, mas pela construção de um compromisso ético, buscando colocar em prática que ensinar exige apreensão da realidade, bem como exige alegria e esperança e é uma forma de espelhamento da prática que rompe com a proposta de rigidez com

que levamos, na maioria das vezes, os planos de ensino, para não “desformatar” o que está feito. Na maioria das vezes, não conseguimos fugir dos enquadramentos, armadilhas em que nós mesmos nos colocamos (OLIVEIRA, 2016, p. 92).

Infelizmente, o número de professoras e professoras negras é pequeno ainda nos dias de hoje. No Ensino Superior, por exemplo, segundo dados do INEP, o percentual corresponde a apenas 16%⁶ do total de docentes. Mas para além de números, esse comprometimento faz toda a diferença no rompimento de estruturas tão enraizadas como as de nossa sociedade, e dá sentido à prática, pois como bem nos afirma Oliveira (2016, p. 101), “[...] muitas de nossas lutas travadas no chão da escola não encontram eco nem solução porque, na maioria das vezes, chegamos à luta como objetos [...]”.

Araujo, Lima e Oliveira (2021) nos trazem o conceito de *escrevivências*⁷ de Conceição Evaristo, utilizado neste contexto para trazer os relatos das trajetórias dessas professoras na educação básica. Apontam também as dificuldades, ainda nos dias de hoje, de que cumpram as leis 10.639/03 e 11.645/08, indicando alguns pontos que deveriam ser discutidos para que se tornem uma realidade na escola, tendo como objetivo uma educação antirracista de fato. A respeito disso nos dizem que:

Se por um lado é possível identificar movimentos interessantes no sentido da promoção de conhecimentos elaborados a partir de referências epistêmicas afro-brasileiras e indígenas, por outro lado é necessário caminhar no sentido da valorização da agência de professores e professoras que lidam com o desafio de promover em suas práticas a educação antirracista e que não acessaram essas experiências formativas na condição de estudantes Entendemos que não é coerente cobrar que os/as professores/as atentem às trajetórias estudantis e incorporem seus saberes sem a valorização das experiências desses/as docentes na produção do conhecimento escolar que extrapolam as vivências nos ambientes formais de educação. (ARAUJO; LIMA; OLIVEIRA, 2021, p. 88)

PROFESSORAS NEGRAS SUL

Referente ao descritor ‘professoras negras sul’, selecionamos e analisamos as seguintes produções:

Quadro 3: Descritores ‘professoras negras sul’

Ano	Autor/a	Título	Resumo sintetizado

⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghml>>.

⁷ Conceito criado por Conceição Evaristo, nada mais é que a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta. Maria da Conceição Evaristo de Brito é uma escritora mineira, nascida em Belo Horizonte (MG) em 1946. É Romancista, contista e poeta, é também pesquisadora, foi professora na rede pública fluminense. Sua escrita se baseia principalmente nas vivências de mulheres negras. Seu trabalho traz reflexões sobre as profundas desigualdades raciais brasileiras.

2016	Treyce Ellen Silva Goulart	Narrativas entrecruzadas de professoras negras: trajetórias, pactos políticos e prática docente	A dissertação apresenta os caminhos investigativos percorridos a partir de narrativas autobiográficas de quatro mulheres negras no município de Rio Grande/RS.
2020	Tainah Mota do Nascimento	Trajetórias de professoras negras lésbicas no ensino público: rompendo o ciclo de silêncios	Esta dissertação trata da análise das trajetórias de professoras negras lésbicas do sul do Brasil, atuantes no ensino público e sua (in)visibilidade no espaço educacional, problematizam do cotidianos escolares historicamente marcados por produções monoidentitárias.
2021	Izabel Espíndola Barbosa	Nossas professoras pretas: por uma pedagogia preta feminista	Sobre nossas professoras pretas recai o chamado para conhecer as vivências pessoais que remetem a alguns pontos urgentes na sociedade brasileira. Mulheres negras em suas experiências de

			interseccionalidade de raça e gênero
--	--	--	--------------------------------------

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em seu estudo, Goulart (2016), nos fala sobre a forte presença negra no Rio Grande do Sul, mesmo com o projeto de embranquecimento do país e a chegada massiva de imigrantes europeus na região. A autora apresenta o relato da trajetória de três docentes negras da rede municipal da cidade de Rio Grande, assim como suas vivências, formação e atuação neste contexto, engajadas na luta por uma educação antirracista.

Conforme as narrativas sinalizam, as docentes foram experimentando, ampliando os limites de sua atuação na escola em questão. A intenção política de suas ações é, a todo tempo, ancorada em uma trajetória pessoal, escolar e profissional orientadora e justificadora de uma prática docente antirracista. Os caminhos trilhados com estas experiências entrecruzam-se quando as três professoras reconhecem, umas nas outras, a possibilidade de fortalecimento em torno dos interesses e implicações políticas das posturas de cada uma. Nesse sentido, seus pactos são sobretudo políticos, orientados, estratégicos e direcionados pelas potencialidades de enfrentamento ao racismo institucionalizado (GOULART, 2016, p. 105).

Tainah Mota do Nascimento (2020), por sua vez, vai um pouco mais a fundo. A autora expõe relatos das trajetórias e enfrentamentos de três professoras negras e lésbicas no sul do Brasil. Ao enfatizar a importância de se debater questões tão importantes como raça, gênero, sexualidade e classe, a autora rompe com o silêncio e a invisibilidade e demarca os espaços ocupados por essas mulheres.

Dentre os estudos analisados, o que mais se assemelha desta presente proposta de pesquisa é o trabalho desenvolvido pela professora Izabel Espíndola Barbosa (2021). Desde a metodologia até a proximidade geográfica e referencial teórico, existem muitas similaridades em relação à área geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstramos neste estudo, importantes pesquisas têm sido conduzidas nos últimos anos sobre as trajetórias de professoras negras em nosso país, algumas delas na região Sul. No entanto, um desses estudos se destaca por se alinhar ao que foi proposto neste artigo. Isso ressalta a importância e a relevância deste trabalho, corroborando o que tem sido exposto por diferentes autoras e autores nos referenciais estudados: ainda se produz pouco sobre as mulheres negras no Brasil.

Ainda há muito a ser pesquisado em relação à temática proposta, especialmente se considerarmos este recorte geográfico, com foco no extremo sul no município de São Lourenço do Sul. É necessário aprofundar o olhar sobre essas professoras, mostrando que essas mulheres estão aqui, resistindo e trabalhando em prol de uma vida melhor e de uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** / Chimamanda Ngozi Adichie. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** / Silvio Luiz de Almeida. - São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). Araújo, J.; Lima, L.; Oliveira, I. V. (2021). Educação para relações étnico-raciais: trajetórias de professoras na escola básica. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco - Acre, v. 4, n. 1, p.87-101, jan./abr. 2021.
- AUGUSTIN, André Coutinho et al. **Panorama das desigualdades de raça/cor no RS.** Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021. (Relatório Técnico).
- CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In:____, (Ed). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-60.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida** / Sueli Carneiro. - São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- OLIVEIRA, Maria Cristina Santos. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa.** In: IV SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL. 2016, Ituiutaba, MG. Anais eletrônicos da IV Semana de História do Pontal/ III Encontro de Ensino de História. Universidade Federal de Uberlândia.
- FANON, Frantz [1925-1961]. **Pele negra, máscaras brancas.** / Frantz Fanon; título original: Peau noire, masques blancs. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire - 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GODWIN, Carter, 1875-1950. **A (des)educação do negro.** Carter Godwin Woodson. - São Paulo: Edipro, 2021.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, 2011.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Flávia Rios; Márcia Lima (orgs.) Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GOULART, Treyce Ellen Silva. Narrativas entrecruzadas de professoras negras: trajetórias, pactos políticos e prática docente. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, **Universidade Federal do Rio Grande**, Rio Grande, 2016.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**/ Bell Hooks; tradução Bhuvi Libanio. - 12ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo/** Bell Hooks; tradução Bhuvi Libanio. - 11ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano.** - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX.** / Richard Miskolci. - São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Queer)

NASCIMENTO, Cleonice Ferreira do. **Histórias de vida de professoras negras: trajetórias de sucesso.** 2012. xi, 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - **Universidade Federal de Mato Grosso**, Instituto de Educação, Cuiabá, 2012.

PIRES, Amanda Lisboa Moreno; SILVA, Rosiléia Santana; SOUTO, Verena Souza. **Dos mitos Iurubá à descolonização didática: dos direitos, identidades, proposta didática para o ensino.** In PINHEIRO, Barbara Carine Soares; ROSA, Katemari. **Descolonizando saberes: a Lei 10.639/2003 no ensino de ciências.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.

Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** - 1ª edição - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Wikipédia. **São Lourenço do Sul.** Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Louren%C3%A7o_do_Sul.

SANTOS, Rosilda. **Professoras negras: narrativas e memórias dos percursos escolares e de formação.** 2019.

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. **Education, racism and reform.** London: Routledge.1990.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Submetido em: novembro de 2023

Aprovado em: dezembro de 2023